

-----**ACTA N.º 21/2007**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Outubro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro, por compromissos de representação do Município, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber se já tinha sido recepcionado na Autarquia o projecto de protocolo entre a Câmara

Municipal e a ARS do Centro, uma vez que tinha conhecimento que o mesmo já tinha sido enviado.-----

-----Assim sendo, desejava saber em que fase se encontram as negociações, se a autarquia pretende subscrever o referido protocolo e que medidas o Executivo tomou para debater e informar os munícipes do concelho relativamente ao encerramento do SAP. -----

-----Referiu que este assunto é de capital importância para os Vereadores do PSD, na medida em que sempre manifestaram alguma apreensão na forma como estava a ser conduzido, tendo inclusive apresentado em reunião deste órgão uma moção sobre o assunto.-----

-----Referiu que a falta de debate com a população pode levar a falsas interpretações, sendo da opinião que, qualquer iniciativa que seja promovida, seja em conjunto com todas as forças políticas e de forma concertada, mostrando-se disponíveis para qualquer acção a levar a cabo pelo Executivo. -----

-----Por último, frisou o facto de o Executivo não ter prestado qualquer informação aos Vereadores do PSD acerca do protocolo, nem qual era a estratégia a adoptar para a resolução deste assunto. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que existe o protocolo, já foi recepcionado nesta autarquia, ainda não o subscreveram e neste momento encontram-se em negociações. -----

-----Informou que o Executivo tem agendada uma reunião com as instituições do concelho que estão ligadas à área da saúde, bem como Presidentes de Junta, para dar conhecimento do referido protocolo e discutirem o assunto, sendo que, posteriormente agendariam uma reunião com todos os elementos do Executivo Municipal para auscultar a sua opinião e concertarem estratégias.-----

-----Frisou que o Executivo se encontra em negociações e que pretende reivindicar alguns pontos constantes do referido protocolo.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** mencionou o facto de o Executivo ser constituído por cinco Vereadores e nessa qualidade, pretenderem intervir no processo, até porque, na sua opinião, o Senhor Vereador Hélder Bruno, por ser um agente na área da saúde, é uma mais valia na condução desta causa, uma vez que possui um conhecimento privilegiado e profundo da mesma. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que todas as opiniões são válidas e que aceitam o contributo de todos, mas pensaram em ouvir primeiro as instituições e só depois os Vereadores, de forma a terem já uma proposta para análise. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que não tinha qualquer dúvida, em que o Executivo iria lutar pelo melhor para o concelho, contudo considera que deveria existir um espírito de colaboração entre todos, até porque desconhecem qual a posição do Executivo em Exercício sobre esta temática, bem como se possuem alguma proposta em concreto sobre a mesma. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** frisou uma vez mais que qualquer tomada de posição deveria de ser de forma concertada entre todas as forças políticas, porque deste modo seria mais eficaz, sendo imperativo existir uma boa base de trabalho, com argumentos válidos e diferenciados dos restantes concelhos, de forma a justificar a escolha de Celorico da Beira em detrimento de outros concelhos. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que iriam ser convocados para uma reunião para debater este assunto, o mais breve possível. -----

-----**VOTO DE LOUVOR** -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** apresentou um voto de louvor aos atletas, corpo técnico e colaboradores da Escola de Karaté de Celorico da Beira, pelos excelentes resultados granjeados no Campeonato do Mundo desta modalidade, que decorreu no passado fim-de-semana, em Inglaterra, trazendo para o Concelho de Celorico da Beira dois primeiros lugares e um segundo lugar.-----

-----Bem como por todo o trabalho notável desenvolvido por esta escola, na divulgação destas modalidades e do desporto em geral, junto dos jovens Celoricenses. -----

-----O Senhores **Vereadores Hélder Bruno e Rui Correia** corroboram das palavras do Senhor Vice-Presidente e votam favoravelmente a apresentação do louvor.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – PEDITÓRIO ANUAL A FAVOR DA LPCC;** -----

-----**PRESCRIÇÃO DE PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO;** -----

-----**ALTERAÇÃO À POSIÇÃO DE SEGUNDO OUTORGANTE NO CONTRATO DE COMODATO;** -----

-----**DEFERIMENTO TÁCITO NO PROCESSO DE OBRAS N.º 84/2006 “QUEIJARIA ARTESANAL CLEMENTE E CLEMENTE LDA”;**-----

-----**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS;**-----

-----**ESCOLA DE KARATÉ SHOTOKAN – PEDIDO DE APOIO;** -----

-----**RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS;** -----

-----**Requerente: Alda da Piedade Abrantes Cabral;**-----

-----ASSOCIAÇÃO JUVENIL “OS BAZÓFIAS”; -----
-----RECUPERAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL DA RIBEIRA DA VELOSA;
-----I FESTIVAL DO BORREGO – ORÇAMENTO E PROGRAMA; -----
-----ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DA
CARRAPICHANA – I FESTIVAL DO BORREGO; -----
-----ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EMCEL – I FESTIVAL DO
BORREGO. -----

-----I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRÊS
DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SETE -----

-----Foi presente a acta número vinte, da reunião ordinária do Executivo
de três de Outubro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído
por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a
mesma aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

-----Absteve-se o Senhor Vereador António Graça Silva, por não ter
estado presente na referida reunião. -----

-----II - GABINETE JURÍDICO -----

-----ASSUNTO: REVERSÃO A FAVOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LOTE DE TERRENO N.º 9 SITO NA QUINTA DOS CEDROS -----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de dois de
Outubro do corrente ano, referindo que foi celebrado aos dezanove dias do
mês de Outubro de dois mil e um, escritura pública de permuta entre a
Câmara Municipal e José Alberto Tavares Pereira na qualidade de sócio
gerente da empresa Ferjamper – Serralharia Civil e Construções, Lda. -----

-----Nessa escritura a Câmara Municipal permutou um lote de terreno
destinado à construção urbana, designado por lote n.º 9, sito na Quinta dos
Cedros, freguesia de São Pedro pela cobertura, infra-estruturas metálicas e
todos os acessórios necessários para a construção do estaleiro municipal.--

-----A validade da permuta ficou contudo condicionada a:-----

-----a) Que a obra do estaleiro tenha início no momento exacto em que a Câmara Municipal o solicitar ao segundo outorgante; -----

-----b) Que o lote de terreno se destine efectivamente à construção de equipamento de apoio ao estabelecimento comercial “Quinta dos Cedros”, piscina e campo de ténis.-----

-----Para dar cumprimento ao estipulado entre as partes, a Câmara Municipal interpelou por carta registada com aviso de recepção a empresa interveniente, para iniciar as obras de construção do estaleiro a que estava adstrita, porém a carta foi devolvida ao remetente.-----

-----Assim, para que se efective a reversão do lote de terreno a favor da Câmara Municipal, por incumprimento da cláusula a) é necessário intentar a acção judicial contra a “Ferjamper - Serralharia Civil e Construções, Lda”, com sede em Tábua e o actual proprietário do lote permutado “Albergaria Quinta dos Cedros, Lda” com sede na Zona Industrial 1, lote n.º 3 – 3430 – 122 Carregal do Sal. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, intentar uma acção judicial contra a “Ferjamper – Serralharia Civil e Construções, Lda.” Com sede em Tábua e o actual proprietário do lote permutado “Albergaria Quintas dos Cedros, Lda” com sede na Zona Industrial 1, lote n.º 3 – 3430 – 122 Carregal do Sal, para que se efective a reversão do lote de terreno a favor da Câmara Municipal, por incumprimento da cláusula a).** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----III - DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: António Joaquim Tomás**-----

-----Foi presente requerimento n.º 1036, datado de um de Outubro de dois mil e sete, em nome de António Joaquim Tomás, pretendendo que lhe

seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Safunda – Aldeia Rica - freguesia de Açores, inscrito sob o artigo número seiscentos e noventa e dois, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação foi construída antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em dois mil, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar a petição do requerente.** -----

-----**Votaram a favor o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador António Silva e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno.** -----

-----**Verificando-se um empate, o Senhor Vice-Presidente, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Os Senhores **Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno** fundamentaram o seu voto contra, no facto de não concordarem com a terminologia “edifício” usada na informação técnica, uma vez que através da observação das fotos anexas ao processo, facilmente se constatava que se tratava de um mero muro em ruínas. -----

-----**IV - COMURBEIRAS - COMUNIDADE URBANA DAS BEIRAS**-----

-----Foi presente ofício da Comunidade Urbana das Beiras, com a referência número 0069/2007, datado de dois de Outubro de dois mil e sete, que fica apenso a esta acta (**anexo I**), enviando cópia dos estatutos da COMURBEIRAS, bem como, a alteração ao artigo 38º, n.º 2 que passará a ter a seguinte redacção: “As alterações aos estatutos são aprovadas por deliberação de pelo menos 2/3 dos membros da Assembleia”. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - PALIMAGE EDITORES**-----

-----**ASSUNTO: NOTÍCIAS E MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente ofício, datado de vinte e seis de Setembro de dois mil e sete, proveniente da Palimage Editores, referindo que pretende editar um livro com o título em epígrafe, mas para poder levar a efeito esta publicação, necessita de um apoio à edição, materializado na compra de alguns exemplares da obra. Como contrapartida irão colocar na ficha técnica a indicação do patrocínio da Autarquia e o Brasão de Celorico da Beira, bem como promover o lançamento da obra na Câmara Municipal. ----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir cinquenta exemplares do livro “Notícias e Memórias Paroquiais de Celorico da Beira”.**-----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: REDUÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES
CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de doze de Outubro de dois mil e sete, referindo que após análise dos processos inscritos nas valências de Creche, ATL e Componente de Apoio à Família e de acordo com o Regulamento Creche/ATL/Componente de Apoio à Família de Sta Luzia, artigo 12.º, n.º 2 – Situações Excepcionais de Carência, propõem o enquadramento de alguns processos.-----

-----São consideradas situações excepcionais todos os agregados familiares que auferam uma capitação igual ou inferior a 150,00€. Assim os agregados familiares que auferam uma capitação igual ou inferior a 100,00 €, pagarão 20,00€, mais 4,00€ para transportes quando solicitado; -----

-----Os agregados familiares que auferam uma capitação igual ou inferior a 150,00€, pagarão 25,00€, mais 5,00€ para transporte quando solicitado. --

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as situações excepcionais e respectivas comparticipações para os processos inscritos nas valências de Creche, ATL e Componentes de Apoio à Família de Santa Luzia, constantes da listagem em anexo (anexo II).**----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de doze de Outubro do corrente ano, referindo que no decorrer da análise dos processos relativos à Acção Social Escolar, para a concessão de apoio na aquisição de livros escolares, verificou-se o enquadramento dos processos no respectivo escalão, após o estudo da situação sócio-económica do agregado familiar, através da aplicação do Regulamento de Acção Social Escolar, artigo 3º “Auxílios Económicos”.-----

-----Sendo que, os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, são o escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os apoios concedidos no âmbito do Regulamento de Acção Social Escolar, constantes da lista em anexo (anexo III). -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**VII - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: 4.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2007**-----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a quarta alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, em vigor no ano financeiro de 2007, documentos que ficam apensos a esta acta (**anexo IV**). -----

-----**Submetidas à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos supramencionados.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – PEDITÓRIO ANUAL A FAVOR DA LPCC**-----

-----Foi presente ofício da Liga Portuguesa Contra o Cancro, datado de quatro de Outubro de dois mil e sete, solicitando à Câmara Municipal colaboração no sentido de facilitar a actuação dos elementos (voluntários), do Grupo de Apoio Concelhio, no peditório Anual da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que este ano terá lugar nos dias 31 de Outubro e 1, 2, e 3 de Novembro de 2007. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**PRESCRIÇÃO DE PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, requerendo o arquivamento dos seguintes processos de contra-ordenação, por se encontrarem prescritos: -----

-----N.ºs 32/2005, 28/2005, 20/2005 – Art. 10º, n.º 2, do DL n.º 251/98, conjugado com a Portaria 277-A/99, alínea b), n.º 2, art. 30º do mesmo decreto (disposição legal ou regulamentar violada);-----

-----N.º 23/2005 – n.º 14, art. 10º do Regulamento do Código de Posturas Municipais; -----

-----N.º 1/2005 – n.º 1 do art. 5.º do DL 48/96; -----

-----N.º 34/2005 – n.º 1 do art. 42.º do DL 310/02; -----

-----N.º 2/2006 – n.º 1 do art. 3.º, conjugado com o n.º 1 do art. 14.º do Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Celorico da Beira; -----

-----N.ºs 7/2005, 6/2005, 26/2005, 25/2005, 5/2006, 30/2005, 12/2005, 31/2005 e 27/2005 – n.º 2 do art. 2.º do Regulamento de Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviço do Concelho de Celorico da Beira;-----

-----N.º 39/2006, 5/2005 e 10/2006 – n.º 1 e 2 do art. 20.º do DI 156/2004.

-----N.ºs 16/2005, 15/2005 e 14/2005 – n.º 1 do art. 23.º do DL n.º 310/2002; -----

-----N.ºs 3/2005, 29/2005, 13/2006, 16/2006, 17/2006, 13/2005, 17/2005, 8/2006, 8/2005, 19/2005, 40/2005, 9/2006 e 4/2006 – DL n.º 555/99, alterado pelo DL n.º 177/01. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao arquivamento dos processos de contra-ordenação números: 01/2005, n.º 03/2005, n.º 06/2005, n.º 07/2005, n.º 15/2005, n.º 16/2005, n.º 20/2005, n.º 25/2005, n.º 26/2005, n.º 27/2005, n.º 28/2005, n.º 29/2005, n.º 32/2005, n.º 39/2005, n.º 02/2006, n.º 05/2006, n.º 30/2005, n.º 12/2005, n.º 13/2006, n.º 16/2006, n.º 17/2006, n.º 05/2005, n.º 13/2005, n.º**

17/2005, n.º 23/2005, n.º 08/2006, n.º 08/2005, n.º 34/2005, n.º 19/2005, n.º 40/2005, n.º 31/2005, n.º 14/2005, n.º 10/2006, n.º 09/2006, n.º 04/2006, por se encontrarem prescritos.-----

-----**ALTERAÇÃO À POSIÇÃO DE SEGUNDO OUTORGANTE NO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E EVA DE JESUS CAMPOS**-----

-----Na sequência do pedido efectuado pela Senhora Eva de Jesus Campos, solicitando que no âmbito do contrato de comodato, celebrado em 21 de Dezembro de 2005, seja permitido que o segundo outorgante, Eva de Jesus Campos, seja substituído nesse contrato pelo seu filho, António Carlos de Jesus Pratas, uma vez que aí reside e não possui condições económicas que lhe permitam custear o arrendamento de uma casa.-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de vinte e seis de Julho de dois mil e sete, referindo que foi solicitado ao Gabinete Jurídico informação, pelo Senhor Presidente da Câmara, quanto à viabilidade de substituição do segundo outorgante, pelo seu filho num contrato de comodato.-----

-----De acordo com o disposto no art.º 1057.º do Código Civil, “o comodato é um contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir”.-----

-----Nos termos gerais do Código Civil, não existe qualquer obstáculo quanto à pretensão supra citada, devendo o comodatário restituir o local da habitação logo que lhe seja exigida.-----

-----**Face à informação jurídica, a Câmara deliberou, por unanimidade, alterar o contrato de comodato celebrado a 21 de Dezembro de 2005, passando a ser o segundo outorgante, o Senhor António Carlos de Jesus Pratas.**-----

**-----DEFERIMENTO TÁCITO NO PROCESSO DE OBRAS N.º 84/2006
“QUEIJARIA ARTESANAL CLEMENTE E CLEMENTE LDA” -----**

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de vinte e um de Junho de dois mil e sete, referindo que no seguimento da informação apresentada com o n.º 43/2007, referente ao assunto em epígrafe, foi solicitado em reunião de Executivo de 19/06/2007, uma melhor fundamentação à questão supra indicada.-----

-----Nesta sequência informa que se mantém o teor da informação prestada, por a pretensão formulada pelo requerente à Câmara Municipal, se considerar concedida em virtude do silêncio desta em tempo regular (deferimento formado legalmente a partir do silêncio do órgão competente durante determinado prazo).-----

-----Assim, conclui assistir razão ao requerente, ou seja o exercício do seu direito fica administrativamente descondicionado. -----

-----Face ao exposto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o deferimento tácito do processo de obras n.º 84/2006 “Queijaria Artesanal Clemente e Clemente, Lda.”, nos termos do art. 108º, n.º 3, alínea a), do Código de Procedimento Administrativo. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que, deixar que estas situações cheguem a deferimento tácito revela falta de profissionalismo de quem analisa os processos, pelo que, solicita que se averigue junto do respectivo serviço quem foi o responsável e a que se ficou a dever este acto. - -----

**-----PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CAPÍTULO IV DO
REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS A COBRAR PELA CÂMARA
MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA -----**

-----Foi presente informação do Gabinete Técnico Florestal, datada de dez de Outubro do corrente ano, informando que tendo em consideração as competências atribuídas à Câmara Municipal pela alínea j), do n.º 1, do artigo 64.º, da Lei N.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresenta uma proposta de alteração ao ponto 14 do Capítulo IV, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, que se apensa a esta acta (**anexo V**), para aprovação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração ao Capítulo IV do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira. A presente alteração entra em vigor no dia 11 de Novembro de 2007.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ESCOLA DE KARATÉ SHOTOKAN – PEDIDO DE APOIO** -----

-----Foi presente ofício datado de dez de Outubro do corrente ano, proveniente da Escola de Karaté Shotokan, de Celorico da Beira, dando conhecimento que os atletas André e Samuel Herlânder da Cruz José e Pedro Veloso irão participar no dia 11 de Outubro, no Campeonato do Mundo, em Inglaterra e que a Associação de Karaté Portugal Shotokan, tem dificuldades em financiar a participação dos atletas, ficando esta responsabilidade dividida por cada escola participante. -----

-----Face ao exposto solicitam ao Executivo um apoio financeiro. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1 000€ (mil euros), ao Centro de Artes Marciais da Guarda, para apoio às actividades e participação no Campeonato Mundial.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

**-----RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO –
ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----**

-----Requerente: Alda da Piedade Abrantes Cabral-----

-----Foi presente requerimento n.º 810, datado de dez de Agosto de dois mil e sete, em nome de Alda da Piedade Abrantes Cabral, pretendendo a aprovação do projecto de Reconstrução e ampliação de uma habitação unifamiliar, sita na Rua da Igreja, freguesia de Minhocal, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. 177/01 de 04/06, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que estamos perante um projecto realizado pelos serviços técnicos deste Município, informa ainda que o pedido se reporta a mais do que um tipo de operações urbanísticas, sendo a operação mais complexa a reconstrução, de acordo com o ponto 3 do art.º 9.º do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado pelo D.L. n.º 177/01 de 4 de Junho. -----

-----Quanto à isenção de taxas, foi consultada a Acção Social, referindo que se trata de uma situação de carência, pelo que de acordo com a informação e com o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, propõe deferimento à isenção do pagamento de taxas. -----

**-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de
taxas para a reconstrução e ampliação de uma casa de habitação, a
Senhora Alda da Piedade Abrantes Cabral.-----**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----ASSOCIAÇÃO JUVENIL “OS BAZÓFIAS” -----

-----Foi presente ofício da Associação Juvenil “Os Bazófiás”, datado de doze de Outubro de dois mil e sete, dando conhecimento que a ADRUSE

apoia até 60% do custo total, com um máximo de 3 000€ a aquisição de material informático.-----

-----Mais informam que a Associação não tem disponibilidade financeira para completar o valor, pelo que solicitam um apoio financeiro da autarquia, para a assinatura do protocolo, com a ADRUSE, até ao dia 19 de Outubro. -

-----Atendendo ao facto de se tratar de uma Associação que tem tido um percurso notável na área da música e que tem colaborado com a autarquia sempre que é solicitada a sua presença, o **Senhor Vice-Presidente** propôs a atribuição de um subsídio no valor de 1 200€ (mil e duzentos euros), referente aos 40% não subsidiados.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que esta Associação merece todo o apoio da autarquia e em termos de equidade deve ser dado este subsídio, uma vez que o Executivo não foi tão generoso com esta associação, como foi com outras, aquando do financiamento para a aquisição do fardamento.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 1 200€ (mil e duzentos euros), a liquidar em duas prestações de 600€ cada, nos meses de Novembro e Dezembro, à Associação Juvenil “Os Bazófiás”, para apoio à aquisição de material informático.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**RECUPERAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL DA RIBEIRA DA VELOSA**

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais dando conhecimento que devido ao facto de se pretender efectuar uma intervenção na Rua da Carreira, na freguesia de Velosa, ser necessário interromper a circulação automóvel nessa via, no período de 15 de Outubro a 15 de Novembro do corrente ano.-----

-----Pelo que propõem a divulgação do teor da presente informação junto da população visada e colocação de respectiva sinalização. -----

-----**Face ao exposto a Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda à divulgação, pela população visada, do corte de trânsito, bem como seja colocada a respectiva sinalização.** -----

-----**I FESTIVAL DO BORREGO – ORÇAMENTO E PROGRAMA**-----

-----O Senhor Vereador António Silva começou por convidar os Senhores Vereadores a estarem presentes no I Festival do Borrego que decorrerá nos dias 27 e 28 de Outubro, na Carrapichana, fazendo de seguida a apresentação do programa e respectivo orçamento, que se anexa à presente acta (**anexo VI**), bem como um resumo de toda a logística envolvida, referindo que o principal objectivo do Festival centra-se na promoção do borrego criado no concelho de Celorico da Beira. -----

-----Referiu ainda que a marca “Festival do Borrego” e “Festival Nacional do Borrego”, está registada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e pertence ao Município de Celorico da Beira, bem como a marca “Feira do Queijo Serra da Estrela” e, à imagem do que aconteceu com o queijo também pretendem certificar o borrego. -----

-----Informou que durante o Festival no dia 27 de Outubro, na Carrapichana, irá decorrer um leilão de gado vivo cuja receita reverterá a favor das associações que colaboram na dinamização do evento. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DA CARRAPICHANA – I FESTIVAL DO BORREGO**-----

-----No âmbito do I Festival do Borrego, o Senhor Vereador António Silva propôs que seja atribuído à Junta de Freguesia da Carrapichana um subsídio no valor de 300€, para ajudar a custear a confecção da sopa de

grão que irá ser servida no dia 28 de Outubro, dia do mercado quinzenal da Carrapichana. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 300€ (trezentos euros), à Junta de Freguesia da Carrapichana, para financiar a confecção da sopa de grão à moda da feira da Carrapichana.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE (EMCEL) – I FESTIVAL DO BORREGO.**-----

----- No âmbito do I Festival do Borrego, o Senhor Vereador António Silva propôs que seja atribuído à EMCEL um subsídio no valor de 7 000€, para custear as despesas relativas ao almoço convívio, que será servido no dia 27 de Outubro, na Carrapichana. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 7 000€ (sete mil euros), à Empresa Municipal Celoricense, para custear as despesas relativas ao almoço convívio, que será servido no âmbito do evento supra referido.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.

